

## **DOCUMENTO 03**

### **ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Com o advento da nova Constituição em 1988 e a promulgação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em fins de 1996, novas perspectivas foram colocadas e sonhadas para a sociedade brasileira. A reconstrução de um sistema educacional de qualidade, eqüitativo e eficiente, trouxe novos e constantes desafios. A expansão é necessária, mas com um mínimo de planejamento; a equidade – um grande desafio, pois as desigualdades são enormes; qualidade- principal objetivo e adequação - imperativo para que o sistema responda às aspirações, necessidades e anseios da sociedade brasileira, representada pelos milhares de alunos que batem às portas da Universidade procurando formação e informação.

O enunciado das diretrizes do projeto do PNE se inicia com o reconhecimento de que “nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um sistema de educação superior forte. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância do ensino superior e suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educativa, institucional e social é fundamental o apoio público”.

As IES têm muito a fazerem no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

O centro estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos.

A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais - em sintonia com o papel constitucional a elas reservado.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

É igualmente indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado a institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Necessário, também, rever e ampliar, em colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, a política de incentivo à pós-graduação e à investigação científica, tecnológica e humanística nas universidades.

No que diz respeito ao sistema federal de ensino superior, o governo confere prioridade absoluta à necessidade de ser devidamente explorado o imenso e insubstituível potencial do sistema federal de ensino superior para a definição e o cumprimento de toda a política educacional do país.

Além de ser alvo da política governamental, que visa à sua expansão, maior eficiência e qualidade, o sistema federal é parceiro privilegiado para a ação de governo centrada nos seguintes eixos:

- a) Superação dos principais gargalos do sistema educacional brasileiro, principalmente em relação às políticas de qualificação inicial, complementar e continuada dos professores de ensino fundamental e médio;
- b) Qualificação do conjunto do sistema de ensino superior, por meio do desenvolvimento de indicadores e de padrões de qualidade acadêmica e do aporte de especialistas ao processo de avaliação;
- c) Qualificação dos profissionais para o ensino superior privado;
- d) Promoção de políticas com impacto nacional e regional mais equilibrado no que se refere à formação de profissionais qualificados, requeridos pelos diferentes setores do mercado de trabalho;
- e) Cumprimento dos objetivos da política de Ciência e Tecnologia”.

Para garantir o foco nesses eixos, a estratégia contempla as seguintes prioridades:

- a) **Autonomia e responsabilidade**, com destaque para autonomia administrativa, financeira e patrimonial; para um novo modelo de financiamento, que seja atrelado ao número de alunos e de concluintes, a quantidade e a qualidade da pesquisa, o atendimento hospitalar e demais serviços; e para novas regras de escolha de dirigentes;
- b) **Prioridade à graduação**, com base em investimentos em recursos didáticos, modernização e reequipamento, informatização, recuperação e ampliação do acervo bibliográfico e recuperação e ampliação dos meios físicos;
- c) **Compromisso com o futuro**, definido, sobretudo, em termos de aumento de eficiência do sistema, o que significa explorar as possibilidades de sua expansão, através da eliminação da capacidade ociosa existente, representando, portanto, uma redução no custo médio por aluno;
- d) **Cooperação e integração com a sociedade**, através de programas de cooperação com instituições nacionais e internacionais voltados ao desenvolvimento do ensino superior e de programas de extensão, que reforçam os laços com as comunidades externas à vida acadêmica, direta ou indiretamente interessada nos serviços oferecida pelas instituições de ensino superior;
- e) **Evolução da pós-graduação**, através de várias ações que visam a introdução de melhorias no programa de pós-graduação, sobretudo, através de aperfeiçoamentos na avaliação.

Em termos de se repensar a educação superior, faz-se necessário que sejam avaliados os seguintes aspectos: a equidade de acesso; o aumento da participação e da promoção da mulher; o avanço do conhecimento através da pesquisa em ciência, artes e humanidades e a disseminação dos seus resultados; a orientação de longo prazo baseada na relevância em termos do que a sociedade espera das instituições e do que elas fazem; aumento da cooperação com o mundo do trabalho e análise e antecipação

das necessidades da sociedade; diversificação (cursos tradicionais, de curta duração, modularizados, à distância) para um equilíbrio maior de oportunidade; abordagens educacionais inovativas e profissionais da educação superior e alunos como atores principais.

Diante destas novas tendências, a universidade deverá ter consciência de atuar sabendo que não é mais a única agência de formação. As "universidades corporativas", mais ágeis e atentas para resolver o problema de treinamento e atualização profissional, estão ocupando espaços.

Neste sentido alguns aspectos fundamentais deverão ser incorporados, tais como:

- a) flexibilidade, rapidez e a agilidade de mudanças, a eficiência e eficácia das ações;
- b) sintonia com o mercado para analisar as necessidades, aspirações, para atender bem o cliente ;
- c) parcerias e alianças para sobreviver;
- d) responsabilidade social;
- e) transformação do processo pedagógico com novas estratégias de ensino, novas tecnologias, qualificação docente, interdisciplinaridade e responsabilidade além de mudanças radicais no processo de avaliação pedagógica são inadiáveis;
- f) competência para saber agir, mobilizar, saber transferir, aprender, engajar e agregar valor;
- g) definição clara da missão, na busca do melhor caminho para o futuro, de valores, de visão, de objetivos, de estratégias e de planos de ação com foco no estudante, qualidade de serviços com eficiência e eficácia no processo produtivo constituem exigências básicas para o sucesso;
- h) visão de futuro constante para não perder o bonde da história e ficar defasado;
- i) busca de novos parceiros e aliados, visando a construir uma sociedade mais humana e mais justa;
- j) busca de novas alternativas para transformar o empregado em parceiro, riscos em oportunidades, quando qualidade pode reduzir custos; comprometimento das pessoas e na produção do conhecimento fundamental para a perenidade da instituição.

Os cenários e as perspectivas mundiais e nacionais apontam para novos tempos e novos desafios. Para as universidades públicas brasileiras os cenários poderão ser ancorados nas perspectivas mundiais e nacionais e na atual análise situacional das universidades. Daí teríamos os cenários:

- 1) Permanência da atual situação, com agravamento das crises de hegemonia, de legitimidade e institucional. Por este caminho teríamos a universidade pública em processo de estagnação e posteriormente liquidação.
- 2) As propostas economistas-utilitaristas venham a se implantadas. Por este caminho, o ideal clássico de universidade desapareceria e, em seu lugar surgiria o modelo de universidade técnica, operacional e empresarial se tornariam hegemônica.
- 3) O conhecimento instrumental e as políticas economicistas não seriam viabilizados em função das correntes críticas existentes. Por esta via, ocorreria uma reformulação do pensamento e da universidade com a superação da visão instrumental a partir do aproveitamento do conhecimento técnico existente com o "know-how" ético. A universidade sairia renovada e buscaria um

equilíbrio entre os dois cenários anteriores, buscando o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul adotará o cenário 3 por ser o que reafirma o seu compromisso como instituição pública de ensino superior, e ainda por ser um ator indutor e propulsor de novos conhecimentos e novas tecnologias que possibilitem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e principalmente da humanidade da região e do País.

Embasados no cenário definido, adotamos o planejamento estratégico participativo como ferramenta essencial ao desenvolvimento institucional, a partir da análise dos ambientes externos e internos, da definição da missão, visão de futuro, estratégias e a definição programas e projetos a serem definidos com as respectivas fontes de financiamento.